

PESQUISA DIAGNÓSTICA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO DO EDUCADOR

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra – UNESP

GE: Gênero, sexualidade e educação / n.23

Agência Financiadora: PROEX

Introdução

Este trabalho fará uma exposição e análise dos principais resultados de pesquisa desenvolvida pela autora sobre a situação da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes na 10ª região administrativa do estado de São Paulo, que contou com a participação de uma aluna bolsista PROEX (bolsa da Pró-Reitoria de Extensão Universitária).

A violência sexual engloba as situações de abuso sexual intra e extra-familiar e as situações de exploração sexual comercial (prostituição, tráfico para fins comerciais, pornografia e turismo sexual).

A partir da década de 1990 a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser considerada um crime e uma violação aos direitos da criança ou do (a) adolescente, a partir da promulgação do ECA.

Quando falamos do estabelecimento de relações violentas devemos nos lembrar que implicitamente está havendo relações assimétricas de poder, que podem estar assentadas na ideologia de gênero, classe social, de raça / etnia e aspecto geracional.

Concordamos com Azevedo (1989), para a qual, quando falamos em violência, esta pode englobar várias situações caracterizadas pela coisificação do sujeito nas relações interpessoais, sua conversão em objetos (ADORNO,1988, apud AZEVEDO, 1989), sua destituição enquanto sujeitos de direitos e desejos.

Muitos pesquisadores que estudam a problemática da violência sexual utilizam-se das análises relativas às relações de gênero (Treguear e Carro, 1994 e 1997; Trapasso,1996; Saffioti 1989 e Davidson, 2001). Compreendido como a construção social e histórica sobre a constituição do masculino e feminino, o conceito de gênero, enquanto uma categoria teórica de análise pressupõe que existam relações de gênero que interferem e organizam a sociedade, determinando as formas de relacionamento entre homens e mulheres, sua inserção social e práticas cotidianas (DUQUE-ARRAZOLA, 1997).

Saffioti (1989) sugere que compreendamos a dimensão de gênero em uma perspectiva relacional. Badinter (1993) apud Gomes (1996, p. 39), reforça esta idéia e

explicita que a masculinidade e feminilidade devem ser pensadas como categorias relativas e reativas, jamais como categorias absolutas. Ao se constituírem as relações entre homens e mulheres, indicando os dois pólos de uma relação, podem acontecer redefinições nos papéis sexuais, em razão de transformações culturais, levando a uma desestabilização destas relações, exigindo-se muitas vezes, transformações. As autoras citadas expressam a idéia segundo a qual, não devemos encarar o binômio homem-mulher como categorias estáticas, indicando sempre o maior poder masculino sobre o feminino. Elas nos remetem às possibilidades de constantes revisões e transformações nas relações de poder entre ambos os sexos, indicando a possibilidade de viver o gênero de formas singulares.

Os dados obtidos na pesquisa apresentada, foram analisados levando em consideração a perspectiva das relações de gênero.

O Brasil tem realizado importantes ações de enfrentamento à violência sexual, tais como a elaboração do “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil”, que previa uma descentralização de ações, em vários estados.

É dentro deste contexto que surge em 2001, no Estado de São Paulo o movimento social chamado “Pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”, da qual faz parte a autora deste trabalho, que dentre os objetivos, ressalta-se a realização de pesquisas, com o objetivo de conhecer e intervir de forma eficaz, na realidade da violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo.

Aspectos metodológicos

A pesquisa ora apresentada foi realizada com o objetivo de conhecermos e compreendermos as manifestações da violência sexual na 10ª região administrativa do Estado de SP, que auxiliasse no levantamento de diretrizes para a elaboração de políticas públicas mais eficazes de enfrentamento ao fenômeno.

A coleta das informações foi feita a partir de uma ficha diagnóstica, que permitia uma caracterização do fenômeno.

Na 10ª região administrativa os municípios que participaram da amostragem, foram selecionados a partir dos seguintes critérios: sua representatividade numérica e geográfica, e terem Conselhos Tutelares constituídos há pelos menos dois anos. Foram selecionados 7 municípios.

Foram coletados dados acerca dos casos encaminhados aos Conselhos Tutelares e Programa Sentinela destes municípios, com denúncia de violência sexual, abrangendo

o período de 2002 a 2004. Considerando os 7 municípios, totalizamos e analisamos 176 casos, que serão apresentados conjuntamente.

Resultados principais

Com relação às modalidades de violência sexual, a incidência maior de denúncias se referiam aos casos de abuso sexual (AS), totalizando 130 casos; as denúncias de exploração sexual (ES) somaram 46 denúncias. Essa informação vai ao encontro dos dados encontrados por Cohen e Gobbetti (2003).

No que se refere às modalidades de exploração sexual, notamos uma predominância da prostituição, seguida do tráfico interno e do turismo sexual, indo ao encontro de pesquisas realizadas por Libório (2003) e Teixeira (2003).

Com relação ao gênero, obtivemos que a maioria dos casos de AS vitimizaram meninas (121 casos), embora com um número significativo de meninos (55), explicitando que a paralelamente à dimensão de gênero, a dimensão geracional (maior poder do adulto sobre a criança), também deve ser levada em conta nas análises sobre a violência sexual. Estes dados vão ao encontro de estimativas nacionais e internacionais (Azevedo, 1989; Braum, 2002; Martinez, 2000).

Todas as denúncias de ES envolviam adolescentes do sexo feminino, confirmando os resultados de pesquisas nacionais (Pessoa, 1995; Teixeira, 2003; Libório, 2003).

Com relação à faixa etária de maior incidência observamos que a maioria dos casos envolvia crianças e adolescentes entre 9-12 anos e 13-16 anos, que abrange grande parte da escolaridade obrigatória. Esta informação vai ao encontro dos dados encontrados por Braun (2002), Martinez (2000) e Azevedo (1989).

Quanto ao perfil do agressor, constatamos que pessoas que tem vínculos com as crianças, sejam familiares ou conhecidos (107 casos) são os maiores agressores. Além disto, os abusadores sexuais são do gênero masculino, em sua quase totalidade (com exceção de 1 mãe, que apareceu como abusadora). Chamou nossa atenção que, com relação aos (às) exploradores (as) sexuais [aliciadores (as)], o número de mulheres superou o de homens. Ou seja, nos casos de ES não há somente opressão de um gênero sobre o outro, mas o poder sobre as adolescentes exploradas sexualmente está sendo exercido por mulheres, indicando que o lugar do poder não se encontra somente nas mãos dos homens, podendo haver circulação deste poder. Esta informação vem ao encontro de pesquisas recentes na área (Libório, 2003; DAVIDSON, 2001).

Com relação aos denunciadores, chamaram nossa atenção dois aspectos: a maior parte dos denunciadores são anônimos e o segmento da educação aparece com um número quase insignificante de denúncias (dos 176 casos, somente 4 casos), o que nos pareceu algo muito preocupante.

Conclusão

A realização desta pesquisa nos mobilizou no sentido de refletirmos sobre as políticas públicas na área da educação de uma forma geral, como por exemplo, enfatizar a necessidade das instituições escolares implantarem programas de educação afetivo-sexual, no interior dos diversos níveis de ensino (que podem propiciar maiores condições das crianças e adolescentes se protegerem das situações de violência sexual). Reforçamos a idéia de que dentre as preocupações que movem as políticas de formação inicial e continuada de professores, deveriam ser incorporadas as demandas sociais, tais como discussões sobre a perspectiva dos direitos humanos, a criança e o adolescente como sujeitos de direito, compromisso do educador e da sociedade na promoção e garantia dos direitos da população infanto-juvenil.

A partir dos dados encontrados nesta pesquisa, levantamos a seguinte indagação: o que move os educadores no sentido de não identificarem ou de serem alheios às manifestações / indicadores de violência sexual nas crianças e adolescentes?

Acreditamos ser necessário o desenvolvimento de projetos de pesquisa que avaliem os motivos da resistência dos professores e das instituições escolares em assumirem a sua responsabilidade legal, de encaminhar as suspeitas ou confirmação de violência cometida contra seus alunos, para que desta forma possamos compreender melhor suas representações sobre estas questões, e assim desenvolver práticas de intervenção com os educadores, que sejam mais eficazes e que contemplem sua realidade, suas demandas e interesses.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, M.A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

BRAUN, S. *A violência sexual infantil na família : do silêncio à revelação do segredo*. Porto Alegre : AGE, 2002.

COHEN, C.; GOBBETTI, G.J. *O incesto: o abuso sexual intra-familiar*. In: [www://.violenciasexual.org.br/textos/PDF/incesto_cohen.pdf](http://www.violenciasexual.org.br/textos/PDF/incesto_cohen.pdf). Acesso em setembro, 2003.

DAVIDSON, J.O. *The sex exploiter*: theme paper for the II World Congress Against the Commercial Sexual Exploitation of Children, 2001. Disponível em <http://www.ecpat.net/eng/CSEC/faq>, acesso em julho de 2002.

DUQUE-ARRAZOLA, L.S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F.R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher*. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Ventos, 1997, p 349-402.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) - Lei Federal nº 8.069, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.

GOMES, R. *O corpo da rua e o corpo na rua*: a prostituição feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.

LIBÓRIO, R.M.C. *Desvendando vozes silenciadas*: adolescentes em situação de exploração sexual. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, 2003, 365 pags.

MARTINEZ, J. Prevención Del abuso sexual infantil: analisis crítico de los programas educativos. *Revista de la Escuela de Psicología*, Facultad de Ciências Sociales – Pontificia Universidad Católica de Chile, Volumen 9 – Número 2 0 Noviembre 2000.

PESSOA, M.L.M N (Org.). *Mulher – menina – um estudo da exploração sexual feminina infanto-juvenil em Teresina*: visibilidade do problema no Piauí. Teresina, PI: Editora da Universidade Federal, 1995.

SAFFIOTI, H.I.B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. (Org.). *Crianças vitimizadas*: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989, p. 49-95.

TEIXEIRA, L.C. *O outro lado do espelho*: a exploração sexual sob o olhar das adolescentes prostituídas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, 2001.


TRAPASSO, R.D. Nuestro discurso feminista frente a la prostitucion. *Cuadernos Mujer Salud* n.1, p15-20, 1996.

TREGUEAR, T.L.; CARRO, C.B. *Ninas prostituídas*: caso Costa Rica – investigação diagnóstica. San Jose: Costa Rica: UNICEF-CHILDHOPE, 1994.


TREGUEAR, T.L.; CARRO, C.B. *Niñas y adolescentes prostituídas*: silencio social y violación de derechos. San Jose: Costa Rica: UNICEF, 1997.

PROPOSTA DO POSTER

*Pesquisa diagnóstica sobre violência sexual
contra crianças e adolescentes: reflexões
sobre a ação do educador*



FOT
Fundação de Tecnologia



unesp

Profª Dra. Renata Maria Coimbra Libório Universidade Estadual Paulista
Campus de Presidente Prudente/SP
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

coimbralibor@uol.com.br
 liborio@prudente.unesp.br

Apresentação e Objetivos

O presente trabalho apresentará os resultados obtidos a partir de uma pesquisa diagnóstica, realizada durante os anos de 2002, 2003 e 2004, nos Conselhos Tutelares e no programa Sentinela, de 7 municípios do interior do estado de São Paulo. Dentre os objetivos da pesquisa destacamos: compreender a expressão da violência sexual contra crianças e adolescentes nestes municípios, suas principais características, tais como sua frequência, perfil dos vitimizados (as) e dos agressores, tipo de violência cometida e denunciante.

A violência sexual engloba as situações de abuso sexual intra e extra-familiar e as situações de exploração sexual comercial (prostituição, tráfico pra fins comerciais, pornografia e turismo sexual).

A partir da década de 1990 a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser considerada um crime e uma violação aos direitos da criança ou do (a) adolescente, a partir da promulgação do ECA.

Alguns autores que estudam a violência sexual, baseiam suas análises da dimensão de gênero

Metodologia

A coleta das informações foi feita a partir de uma ficha diagnóstica, padronizada, que permitia uma caracterização do fenômeno.

Na 10ª região administrativa os municípios que participaram da amostragem, foram selecionados a partir dos seguintes critérios: sua representatividade numérica e geográfica, e terem Conselhos Tutelares constituídos há pelos menos dois anos. Foram selecionados 7 municípios.

Foram coletados dados acerca dos casos encaminhados aos Conselhos Tutelares e Programa Sentinela destes municípios, com denúncia de violência sexual, abrangendo o período de 2002 a 2004. Considerando os 7 municípios, totalizamos e analisamos 176 casos, que serão apresentados conjuntamente.

Resultados

Com relação às modalidades de violência sexual, a incidência maior de denúncias se referiam aos casos de abuso sexual (AS), totalizando 130 casos; as denúncias de exploração sexual (ES) somaram 46 denúncias.

No que se refere ao gênero, a maioria dos casos de AS envolvia meninas (121 casos), com um número significativo de meninos (55), explicitando que a paralelamente à dimensão de gênero, a dimensão geracional (maior poder do adulto sobre a criança), também deve ser levada em conta nas análises sobre a violência sexual. Estes dados vão ao encontro de estimativas nacionais e internacionais (Azevedo, 1989; LACRI, 2005; Braum, 2002; Martinez, 2000).

Todas as denúncias de ES envolviam adolescentes do sexo feminino, confirmando os resultados de pesquisas nacionais. Com relação à faixa etária de maior incidência observamos que a maioria dos casos envolvia crianças e adolescentes entre 9-12 anos e 13-16 anos, que abrange grande parte da escolaridade obrigatória. Quanto ao perfil do agressor, constatamos que pessoas que tem vínculos com as crianças, sejam familiares ou conhecidos (107 casos) são os maiores agressores. Além disto, os abusadores sexuais são do gênero masculino, em sua quase totalidade (com exceção de 1 mãe, que apareceu como abusadora). Com relação aos (às) exploradores (as) sexuais [aliciadores (as)], o número de mulheres superou o de homens. No tocante aos denunciante, chamaram nossa atenção dois aspectos: a maior parte dos denunciante são anônimos e o segmento da educação aparece com um número quase insignificante de denúncias (dos 176 casos, somente 4 casos), o que nos pareceu algo muito preocupante.

Este dados nos faz pensar na urgência de incluirmos nas políticas públicas de formação de professores discussões relativas à vitimização da população infanto-juvenil.